

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 24 de janeiro de 2019 às 08h01*  
*Seleção de Notícias*

## Terra - Notícias | BR

Propriedade Intelectual

<b>Investimento do País em doenças negligenciadas cai 42% entre 2016 e 2017 .....</b>	<b>3</b>
---	----------

SAÚDE | LÍGIA FORMENTI

## Consultor Jurídico | BR

Marco regulatório | INPI

<b>O papel do amicus curiae no sistema jurídico brasileiro .....</b>	<b>5</b>
--	----------

## Portal Imprensa | BR

Direitos Autorais

<b>Google News pode deixar a Europa se nova regra de direitos autorais for aprovada .....</b>	<b>10</b>
---	-----------

## Mundo do Marketing | BR

22 de janeiro de 2019 | Marco regulatório | INPI

<b>As vantagens das marcas de Alto Renome .....</b>	<b>11</b>
---	-----------

# Investimento do País em doenças negligenciadas cai 42% entre 2016 e 2017

SAÚDE

*Relatório G-Finder, ligado à Fundação Bill e Melinda Gates, mostra que o Brasil reservou em 2017 R\$ 21 milhões para a área*

O investimento do País em pesquisas voltadas para prevenção e controle de doenças negligenciadas sofreu uma redução de 42% em apenas um ano. Relatório G-Finder, ligado à Fundação Bill e Melinda Gates, mostra que o Brasil reservou em 2017 R\$ 21 milhões para a área. Com a drástica retração comparada com 2016, o Brasil sai do grupo dos 12 maiores financiadores globais no setor. E, pela primeira vez na história, é superado pela África do Sul. A queda nos investimentos é atribuída sobretudo à Emenda Constitucional que definiu um teto para gastos públicos.

São consideradas doenças negligenciadas aquelas com alta incidência entre população de baixa renda, causadas por parasitas ou agentes infecciosos. Integram esse grupo, por exemplo, dengue, malária, leishmaniose, Doença de Chagas e esquistossomose - todos problemas ainda muito presentes e até mesmo em expansão no País.

"A queda nos investimentos e da consequente posição brasileira no ranking de financiadores globais não é um mero problema de imagem. Ela traz graves reflexos práticos", afirma o presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, Sinval Pinto Brandão Filho. O médico observa que o corte de orçamento ameaça projetos que há tempos estavam em curso. "Iniciativas nessa área exigem esforço contínuos, de longo prazo, previsibilidade."

Coordenador de projetos da Iniciativa Medicamentos para Doenças Negligenciadas (DNDi), Jadel Kratz avalia que o corte de investimentos retarda progressos essenciais para uma parcela importante da população. A meta de pesquisadores em todo o mundo - incluindo o Brasil - é desenvolver me-

dicamentos que sejam de fácil aplicação e, de preferência, que dispensem refrigeração. Produtos com essas características ajudam a ampliar o acesso de terapias a áreas mais remotas.

Enquanto os investimentos se reduzem, os indicadores das doenças continuam a assustar. O Brasil contribuiu, por exemplo, com 93% dos casos novos de hanseníase nas Américas. Em 2017, quase metade de todos os novos casos de dengue na América Latina e Caribe foram registrados no Brasil. O País respondeu ainda por 70% das mortes no mundo por doenças de Chagas.

A queda de investimentos registrada pelo Brasil vai na contramão da tendência internacional. O relatório G-Finder lançado nesta quarta-feira, 22, mostra que nunca o mundo investiu tanto em pesquisa e desenvolvimento na área de doenças negligenciadas quanto em 2017.

Instituições públicas, sem fins lucrativos e empresas privadas aplicaram ao todo US\$ 3,566 bilhões para o desenvolvimento de produtos ligados à prevenção, controle e tratamento das doenças. Isso representa um salto no orçamento de US\$ 232 milhões (o equivalente a 7%) comparado com o ano anterior. Esse foi o maior crescimento em termos absolutos desde 2008. E a primeira vez, desde 2009, que é registrado um aumento de dois anos consecutivos de investimentos para doenças negligenciadas.

O setor público responde por quase dois terços do investimento total na área. Em seguida, vêm instituições filantrópicas, com 19% e a indústria, com 16% do investimento global.

Apesar do aumento, há ainda um longo caminho a se percorrer. O Painel de Especialistas da Organização Mundial da Saúde para a Estratégia Global e Plano de

Continuação: Investimento do País em doenças negligenciadas cai 42% entre 2016 e 2017

Ação sobre Saúde Pública, Inovação e **Propriedade Intelectual** recomenda que países membros comprometam ao menos de 0,01% de seus PIBs para pesquisas de doenças negligenciadas. O Brasil, por exemplo, destina apenas 0.0004%.

O relatório aponta que a diminuição dos gastos públicos brasileiros acabaram por provocar uma redução dos financiamentos do BNDES (uma queda de 72%) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP - com redução de 67%).

Em nota, a FAPESP informou que recursos destinados às pesquisas oscilam em função da demanda

e dos projetos aprovados. De acordo com a fundação, doenças negligenciadas são prioridade. Os dados fornecidos pela instituição mostram que, em 2017, a FAPESP desembolsou R\$ 1,058 bilhão a 24.026 projetos de pesquisas científicas que estavam vigentes no período em todas as áreas de conhecimento. Foram 10.186 projetos aprovados entre 19.980 solicitações. Em 2016, por sua vez, o desembolso foi de R\$ 1,137 bilhão a 24.685 projetos vigentes em todas as áreas de conhecimento. Foram aprovados no ano 10.480 novos projetos, a partir de 19.769 solicitações.

# O papel do amicus curiae no sistema jurídico brasileiro

## OPINIÃO

### 1. Introdução

A figura do amicus curiae, ou amigo da corte, surgiu no Brasil com a Lei 9.868/99, que dispõe sobre a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade. No entanto, outros dispositivos já previam atuação semelhante, como o artigo 32 da Lei 4.726/1965 (Junta Comercial), a Lei 6.385/1976 da CVM (artigo 31), os artigos 57, 118 e 175 da Lei 9.279/1996, que tratam do **Inpi**, e o artigo 118 da Lei 12.529/11 do Cade, entre outros.

Com o advento do Código de Processo Civil de 2015, esse importante instrumento passou a ser previsto expressamente no artigo 138.

Topograficamente localizado no "TÍTULO III - Da Intervenção de Terceiros" do Código de Processo Civil, sua atuação permite uma tutela jurisdicional mais acurada, nos termos do artigo 5º, XXXV, da CF/1988.

Com a tendência de adoção de precedentes a exemplo do que ocorre no common law, no Brasil cada vez mais ganham importância os julgados com amplo aspecto de eficácia, como os processos de controle concentrado, repercussão geral (artigo 1.035, parágrafo 4º) e o incidente de resolução de demandas repetitivas (artigo 983 no CPC/2015). Nesse sentido, a participação de entidades que possam auxiliar a corte no julgamento da causa implica em uma melhoria da qualidade das decisões.

Tanto que o anteprojeto do CPC/2015, em sua exposição de motivos, dispunha: "levando em conta a qualidade da satisfação das partes com a solução dada ao litígio, previu-se a possibilidade da presença do amicus curiae, cuja manifestação, com certeza tem aptidão de proporcionar ao juiz condições de proferir decisão mais próxima às reais necessidades das par-

tes e mais rente à realidade do país".

Na mesma toada, Cassio Scarpinella Bueno destaca:

"o 'princípio do contraditório' ganha novos contornos, uma verdadeira atualização, transformando-se em 'colaboração', 'cooperação' ou 'participação'. E 'colaboração', 'cooperação' ou 'participação' no sentido de propiciar, em cada processo, condições ideais de decisão a partir dos diversos elementos de fato e de direito trazidos perante o magistrado para influenciar sua decisão. (...) Nesse sentido, o amicus curiae é (só pode ser) um agente do contraditório no sentido de 'colaboração'"[1].

Como ressaltado, destacou-se a importância da busca pela qualidade e profundidade da discussão na produção do precedente.

### 2. Do amicus curiae

Muitas vezes há o total desconhecimento pelo julgador da matéria em exame, o que justifica o ingresso de entidades como amici curiae, para esclarecimento dos fatos e do Direito, com a finalidade de ver as causas apreciadas e julgadas corretamente pelo juízo competente. Enfim, auxiliar o magistrado no julgamento da lide, onde se destaca o interesse público.

Sua atuação pode ser espontânea ou provocada pelo juízo, não há limitação legal à fase processual em que pode ser admitido, desde que possa contribuir fática ou juridicamente à instrução do feito.

Conforme dispõe o caput do artigo 138, os pressupostos para sua intervenção são em razão: i) da matéria, ii) especificidade do tema objeto da demanda; ou iii) repercussão social da controvérsia. Ou seja, ele é cabível considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, nos termos do ar-

Continuação: O papel do amicus curiae no sistema jurídico brasileiro

tigo 138 do CPC. É a chamada transcendência da lide que não deve se limitar às partes interessadas.

A pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada que pretenda atuar como amicus curiae deve em sua petição demonstrar a capacidade de auxiliar no feito. Ou seja, deve, de plano, ressaltar em que aspecto sua participação poderá contribuir.

Destaque-se que os legitimados a proporem ações coletivas possuem uma predisposição a serem admitidos como amigos da corte.

Fica claro que a intenção não é defender interesses subjetivos próprios dos postulantes, mas para fornecer subsídios ao juízo. Trata-se de uma intervenção altruísta, no próprio exercício da cidadania.

Diferentemente do instituto da assistência, ele não é parte do processo. Disso decorre o fato de que os efeitos da coisa julgada não lhe atingem (artigo 506, do CPC/2015).

## 2.1. Diferença quanto à assistência

O instituto da assistência, regido pelos artigos 121, 122 e 123 do Código de Processo Civil, é cabível quando este demonstrar seu interesse jurídico na demanda.

José Frederico Marques, citando Lopes da Costa, definiu a assistência como "a intervenção, no processo, de terceiros que vêm atuar para que a sentença seja favorável a uma das partes". O mesmo autor traz, em seguida, as lições de Giuseppe Chiovenda quanto à assistência simples e à "qualificada", hoje conhecida como litisconsorcial:

"Há assistência simples quando o terceiro interveniente se encontra com uma das partes do processo, 'em relação tal que o desfecho desfavorável da lide, embora não produzindo o efeito de coisa julgada

quanto a ele, tornaria mais difícil, se ele não interviesse, a defesa de seu direito'. E há assistência qualificada, quando o interveniente se encontra com uma das partes do processo 'em relação tal que a decisão da causa teria influência, ainda, sobre sua própria relação, mesmo que ele não interviesse'"[2].

Com outras palavras, diz Humberto Theodoro Júnior sobre a assistência litisconsorcial[3]: "Quando, porém, o terceiro assume a posição de assistente na defesa de direito próprio contra uma das partes o que se dá é a assistência litisconsorcial".

Há uma condição, sine qua non, para que o terceiro possa intervir na qualidade de assistente: a demonstração de seu interesse jurídico.

Sobre o interesse jurídico, José Frederico Marques ensina:

"Resume Liebman, de maneira magistral, todo o assunto, in verbis: 'Condição para a intervenção é, pois, o interesse de terceiro no resultado do processo. O interesse deve ser de caráter jurídico, porque deve tratar-se de um dos casos em que a sentença proferida entre as partes pode afetar a relação jurídica de que o terceiro é titular. Essa possibilidade deriva da interdependência das relações jurídicas a que deram vida os vários sujeitos, e, portanto, do nexo de prejudicialidade que pode incorrer entre a relação controversa, deduzida em juízo, pelas partes, e a relação existente entre uma das partes e o terceiro... O interesse que autoriza a intervenção não pode ser, portanto, de mero fato, isto é, de caráter prático, econômico ou moral, mas, antes, jurídico, significando que a eficácia da sentença a prolatar-se possa refletir-se a benefício ou prejuízo de terceiro, com influência sobre a existência ou sobre as modalidades de suas relações jurídicas'"[4].

A lição do saudoso professor mostra que o interesse jurídico do assistente emana dos reflexos da decisão a ser proferida, que influirão na esfera de seus direitos, mesmo que estes não estejam sub judice. Esta é a

Continuação: O papel do amicus curiae no sistema jurídico brasileiro

grande diferença entre a assistência e o amicus curiae.

Conforme apontado por Cássio Scarpinella Bueno:

"o interesse jurídico que justifica a intervenção de um assistente (o simples ou o litisconsorcial) é, como já destaquei, um interesse próprio, verdadeiramente egoístico. O assistente intervém invariavelmente para defender interesse próprio. E se destacamos a circunstância de ele atuar em prol de uma das partes e em detrimento da outra, o que o move a fazê-lo é o seu próprio direito, ainda que o direito dependa da existência de outro direito perante outro sujeito. Ele, o assistente, não é altruísta; muito pelo contrário"[5].

Nesse sentido, destaque-se a imparcialidade de amicus curiae. Conforme preleciona o mencionado autor, em suma, o que caracteriza (e justifica) a intervenção do amicus curiae é um "interesse institucional", qualitativamente diverso do interesse jurídico, típico das modalidades tradicionais do Direito Processual Civil brasileiro[6].

No amicus curiae, o juiz indicará os poderes que lhe são conferidos, nos termos do artigo 138, parágrafo 2º, do CPC/2015.

O próprio artigo já prevê a possibilidade de peticionar em 15 dias, opor embargos declaratórios, fazer sustentação oral e recorrer nos casos de recursos repetitivos.

Diante dessas limitações, é comum a entidade postular o ingresso no feito como assistente - que terá mais poderes -, e apenas alternativamente, se o pedido não for aceito, que ela seja admitida como amicus curiae.

Para tanto, os postulantes precisam comprovar a legitimidade.

## 2.2. Demonstração da legitimidade

A legitimidade em juízo decorre da representação de suas categorias econômicas, como, por exemplo, os sindicatos: artigo 8º, II, da Constituição Federal e do artigo 511, da Consolidação das Leis do Trabalho.

É imprescindível que o amigo da corte tenha conhecimento da matéria sub judice e possa fornecer ao julgador elementos essenciais à compreensão da controvérsia. E mais, deve demonstrar essa capacidade para poder figurar como amici curiae.

Aliás, o cabimento dos amici curiae e o seu ingresso restam assentados nos tribunais pátrios:

"Recurso Especial n.º 1.273.643 - PR (2011/0101460-0)

### "I - Dos Amicus Curiae

16. - Esta Corte tem reiteradamente admitido o ingresso do amicus curiae nos feitos em que haja relevância da matéria e, em especial, nos submetidos ao rito do art. 543-C do Código de Processo Civil, como no caso em tela, tendo em vista a previsão expressa do § 4º desse dispositivo, in verbis: "o relator, conforme dispuser o regimento interno do Superior Tribunal de Justiça e considerando a relevância da matéria, poderá admitir manifestação de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia".

Nesse sentido, dispõe, ainda, o artigo 3º da Resolução 8/2008 do Superior Tribunal de Justiça que:

"Antes do julgamento do recurso, o Relator:

I - poderá solicitar informações aos tribunais estaduais ou federais a respeito da controvérsia e autorizar, ante a relevância da matéria, a manifestação escrita de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia, a serem prestadas no prazo de quinze dias."

Ressalta-se, pois, que o amicus curiae poderá atuar na

Continuação: O papel do amicus curiae no sistema jurídico brasileiro

esfera infraconstitucional, objetivando a uniformização da interpretação de lei federal.

É neste sentido e neste contexto que os amicus curiae se inserem. Visam fornecer ao julgador os subsídios para que a decisão possa ser tomada.

O Supremo Tribunal Federal tem sido criterioso na análise dos fundamentos do artigo 138 do CPC para admissão das entidades como amicus curiae, exige que de fato haja "utilidade e necessidade dessa intervenção"[7].

Com efeito, é preciso discutir de modo profundo os requisitos para participação do amigo da corte. No caso supramencionado, o recurso já havia sido julgado e restava pendente agravo regimental interposto pela União, o ministro relator entendeu que não havia pertinência para a intervenção pretendida nessa fase processual. Nessa toada, aqueles que pretendem participar como amigo da corte devem se atentar para a fase em que se encontram o processo e, mais, devem ter especial cuidado ao demonstrar como a sua participação pode ser útil.

### 3. Conclusão

Como visto, o Brasil tem cada vez mais valorizado o sistema de precedentes a exemplo do que ocorre no common law. Disto decorre o fato de que alguns julgados poderão impactar milhares de outros processos.

Com efeito, torna-se imprescindível o aprofundamento das discussões, principalmente nos processos de controle concentrado, com repercussão geral reconhecida (artigo 1.035, parágrafo 4º) e os temas resolvidos em incidentes de resolução de demandas repetitivas (artigo 983 no CPC/2015).

É nesse contexto que a participação de pessoas e entidades ganha relevância, fazendo parte do próprio exercício da cidadania e da preservação dos princípios da ordem constitucional.

Assim, a posituação do instituto do amicus curiae no artigo 138 do CPC ratifica a importância do auxílio às cortes de julgamento, implicando em uma melhoria da qualidade das decisões.

Como visto, o Supremo Tribunal Federal tem sido criterioso no exame dos pedidos de ingresso nos feitos pelas pessoas, órgãos ou entidades especializadas. Apesar de reconhecer a importância dialógica fruto da pluralidade de visões resultante da participação dos postulantes a amigos da corte, o tribunal restringe a admissão à premissa de efetiva utilidade e necessidade dessa intervenção.

Em outras palavras, mesmo considerando que a participação dos que se apresentem como amigos da corte tem um potencial de mostrar diferentes pontos de vista e aspectos, os postulantes devem apontar de plano como sua intervenção será útil.

### Referências

BARROSO, Luís Roberto. Princípios constitucionais brasileiros. Revista Trimestral de Direito Público. São Paulo: n. 1, 1993.

BUENO. Cassio Scarpinella. Comentários ao Código de Processo Civil. Vol. 1, Editora Saraiva, 1ª ed., São Paulo, 2017.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. 4ª ed. Coimbra: Almedina, 2000.

DIDIER JR, Fredie; CUNHA, Leonardo José Carneiro da. Curso de Direito Processual Civil. Salvador: JusPodivm, 2006.

JUNIOR, Humberto Theodoro. Curso de Direito Processual Civil, 51.ª Edição, Volume I, Editora Forense, Rio de Janeiro, 2010.

MARQUES. José Frederico. Instituições de Direito Processual Civil, 4.ª Edição, Volume II, Editora Fo-



Continuação: O papel do amicus curiae no sistema jurídico brasileiro

rense, Rio de Janeiro, 1971.

[1] BUENO. Cassio Scarpinella. Comentários ao Código de Processo Civil. Vol. 1, Editora Saraiva, 1ª ed., São Paulo, 2017. p. 594-595.

[2] MARQUES. José Frederico. "Instituições de Direito Processual Civil", 4.ª Edição, Volume II, Editora Forense, Rio de Janeiro, 1971, p. 212.

[3] JUNIOR, Humberto Theodoro. "Curso de Direito Processual Civil", 51.ª Edição, Volume I, Editora Forense, Rio de Janeiro, 2010, p. 151.

[4] MARQUES. José Frederico. "Instituições de Direito Processual Civil", 4.ª Edição, Volume II, Editora Forense, Rio de Janeiro, 1971, p. 214.

[5] BUENO. Cassio Scarpinella. Comentários ao Código de Processo Civil. Vol. 1, Editora Saraiva, 1ª ed.,

São Paulo, 2017. p. 597.

[6] BUENO. Cassio Scarpinella. Comentários ao Código de Processo Civil. Vol. 1, Editora Saraiva, 1ª ed., São Paulo, 2017. p. 599.

[7] STF - AgR ARE: 1013138; 0512740-49.2015.4.05.8400, Relator: Min. Ricardo Lewandowski, Data de Julgamento: 09/10/2017.

Francisco Leocádio Ribeiro Coutinho Neto é advogado, professor do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (Ibet), doutorando e mestre em Direito Tributário pela PUC-SP.

## Google News pode deixar a Europa se nova regra de direitos autorais for aprovada

O Google reiterou a possibilidade de deixar de operar o serviço de notícias na Europa por causa de possíveis mudanças na legislação de **direitos autorais**.

Crédito: Reprodução

A empresa disse à Bloomberg que a saída completa do Google News pode ser adotada caso a União Europeia aprove a Diretiva de **Direitos Autorais**. Pela nova lei, o Google e outras plataformas, como Facebook e Apple, teriam de pagar direitos para mostrar qualquer coisa além de um pequeno trecho de uma história em seus serviços de pesquisa ou qualquer outro recurso.

Contudo, Jennifer Bernal, gerente de políticas da empresa para a Europa, Oriente Médio e África, essa é apenas uma das possibilidades. Acredita-se que uma das opções possíveis seria a publicação apenas dos títulos das matérias.

O Google afirma não ganhar dinheiro com o serviço de notícias. Sendo assim, deixar de operá-lo na Europa não seria uma opção complicada.

Jennifer, porém, declarou que a possibilidade seria

adotada "relutantemente" e levando em consideração as regras.

O assunto tem gerado debates. O pagamento de **direitos autorais** pode significar uma fonte extra de renda para produtores de conteúdo. Porém, caso o serviço deixe de operar pode haver uma redução na exposição de alguns sites, já que citação no serviço de notícias da plataforma acaba atraindo mais visitantes às páginas online.

No início desta semana, o Google foi multado em US\$ 57 milhões pela Comissão Nacional de Informações e Liberdade (CNIL) da França. A multa, a maior já aplicada desde a criação da legislação, em maio de 2018, foi determinada porque o órgão considerou que a empresa não tinha "consentimento válido na publicidade personalidade". Além disso, também foi acusada de "falta de transparência e informação incorreta".

Twitter testa nova interface para versão web do aplicativo

Porta-voz anuncia corte na Secom e tenente-coronel como secretário de imprensa do governo

## As vantagens das marcas de Alto Renome

*O que empresas como Bombril, O Boticário, Google, Kayser, Visa, Rolex e Sonho de Valsa têm em comum? Quais os atributos que tornam elas únicas além da qualidade e serviços*

Visa, Kayser, Google, Bombril, O Boticário, Sonho de Valsa e Rolex são marcas que têm muito mais em comum do que somente o sucesso dos produtos e serviços que designam. Tratam-se de marcas de Alto Renome. Além da reputação positiva e elevado grau de conhecimento, todas essas marcas exercem forte poder de atração sobre os consumidores e, em face desta singularidade, obtiveram o direito a uma proteção distinta, conferida pela legislação prevista na Lei da **Propriedade Industrial**, e um tratamento diferenciado em relação às marcas comuns.

A relevância no reconhecimento do Alto Renome de uma marca está diretamente ligada à "exclusividade" conferida ao sinal que obtiver essa condição especial, devidamente chancelada pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (**INPI**).

Via de regra, a proteção obtida para uma marca tradicional está ligada aos produtos ou serviços que esta marca assinala - por conta do princípio da especialidade -, que explicita que as mesmas terão proteção em seu ramo de atividade ou atividades afins.

Já no caso das marcas de Alto Renome, estas gozam de tanto prestígio e reconhecimento junto aos consumidores que dificilmente deixam de ser associadas aos produtos ou serviços designados por elas. No sentimento dos consumidores a simples menção a uma marca de alto renome já remete a um determinado produto ou serviço, sendo quase inimaginável que possa existir alguma outra marca idêntica, em ramo diverso e que possa pertencer a um outro titular. Essa associação é facilmente compreendida quando pen-

samos em marcas como Coca-Cola, Havaianas, Bic e Google, outras marcas famosas que obtiveram a chancela especial de Alto Renome. No Brasil (novembro de 2018), existem apenas 105 marcas de Alto Renome, número ínfimo no universo de marcas registradas no **INPI**.

Na prática, a designação de Alto Renome obtida por uma marca significa que ao detentor fica assegurada uma vantagem em casos de conflitos envolvendo marcas, seja na esfera administrativa ou judicial, assim como maior economia com os custos para a proteção da marca, seja em impugnações contra terceiros registros ou depósitos em outras classes e, finalmente, maior exclusividade de mercado, o que pode representar ganhos financeiros mais elevados.

A condição diferenciada conferida às marcas de Alto Renome, portanto, não representa apenas uma posição de prestígio e reconhecimento, mas se traduz em verdadeiras vantagens competitivas e econômicas aos seus titulares.

Os titulares de marcas tradicionais que obtiveram reputação e conhecimento junto aos consumidores podem avaliar, com o auxílio de profissionais capacitados e por meio de pesquisa de mercado, se suas marcas atendem aos critérios necessários para ver reconhecida a condição especial de marca de Alto Renome. Por fim, trata-se de um investimento com um elevado retorno.

**Marcas** mais valiosas

Google

Visa

## Índice remissivo de assuntos

**Propriedade Intelectual**  
3

**Marco regulatório | INPI**  
5, 11

**Direitos Autorais**  
10

**Propriedade Industrial**  
11